

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.703 - RJ (2018/0316611-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : MARIA CELIA BUZHAR
ADVOGADO : LUCAS ANTONIO DA FONSECA COSTA - RJ050159
AGRAVADO : PAULO LOURENCO DIAZ
ADVOGADO : PAULO LOURENÇO DIAZ (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ102086
AGRAVADO : BANCO NACIONAL S A EM LIQUIDACAO
REPR. POR : REGINALDO BRANDT SILVA
ADVOGADO : REGINA LUCIA CAMPOS - RJ067020
AGRAVADO : AQUILINO PARENTE FERNANDEZ
ADVOGADO : ONURB COUTO BRUNO - RJ000962A

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. ALEGAÇÕES DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 502, 505 E 507 DO CPC/2015. SUPOSTA OFENSA À COISA JULGADA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por MARIA CELIA BUZHAR em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

Embargos à Arrematação em fase de execução de sentença. Almeja o patrono do segundo embargado o pagamento pela embargante do valor que alega ser devido em relação à parcela da condenação referente aos honorários de advogado que lhe cabe. Decisão que rejeitou esse pedido, entendendo que já foi proferida sentença extintiva, com base no disposto no art. 794, I, do CPC, a qual não foi objeto de recurso. Recurso de Apelação.

R E F O R M A, pois o apelante faz jus aos seus honorários ainda não pagos ou quitados, na forma do artigo 23 da Lei 8.906/94. Valor da causa que foi retificado para R\$ 355.000,00. A sentença de extinção deve produzir efeitos

Superior Tribunal de Justiça

apenas com relação ao Banco Nacional S/A, já pago e com a dívida quitada.

PROVIMENTO DO RECURSO. (e-STJ fl. 417)

Opostos embargos de declaração, restaram desacolhidos.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente, alegando a violação dos arts. 1.022, I e II, 502, 505 e 507 do Código de Processo Civil de 2015 sustentou, em síntese, a existência de omissão e contradição no acórdão recorrido no tocante aos honorários e que *"a oportunidade desse debate ficou para trás quando o credor, desatento à oportunidade que lhe foi dada no juízo de origem, deixou passar o prazo de impugnação do depósito feito pelo devedor, franqueando com isto a preclusão da matéria, que agora não poderia ser reavivada."* [sic] (e-STJ fl. 497).

Contrarrazões às fls e-STJ 514-519.

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil por omissão e contradição no acórdão recorrido no tocante aos honorários, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

Na hipótese em exame, a Corte local assim consignou quanto à matéria, *verbis*:

No mais, verifica-se que a autora Maria Celia Buzhar foi derrotada nos embargos à arrematação que moveu em face do Banco Nacional S/A e Aquilino Parente Fernandez, sendo condenada em honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa.

O Banco recebeu a sua parte, como se vê do mandado de pagamento expedido a seu favor.

Logo, a quitação e extinção deve valer com relação ao débito

Superior Tribunal de Justiça

honorário em face do Banco Nacional S/A.

Ocorre que o valor da causa foi retificado para R\$ 355.000,00 (fls. 27/28), motivo pelo qual o apelante faz jus aos seus honorários ainda não pagos ou quitados.

É a regra da Lei 8.906/94, pela qual em seu artigo 23, “os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte...”.

Em 21/09/15 foi proferida decisão determinando a anotação para essa fase de execução (fl. 328), o que estava correto, devendo prevalecer esse comando, pois a sentença de extinção deve produzir efeitos apenas com relação ao Banco Nacional S/A, já pago e com a dívida quitada.

Não se pode falar em preclusão, pois na forma do artigo 206, §5º, II do Código Civil, os profissionais liberais têm prazo prescricional de cinco anos para cobrança de seus honorários. (e-STJ fls. 421-422)

Assim, a pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.

(...) 2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.

3. (...)

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA

Superior Tribunal de Justiça

TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.

2. Diante dos fundamentos assentados no acórdão recorrido, verifica-se que rever o entendimento do Tribunal de origem quanto à inexistência de vícios no processo administrativo, que resultou na aplicação de multa à recorrente, demandaria reexaminar as provas constantes dos autos ou, ainda, interpretar as cláusulas contratuais firmadas entre as partes, medidas vedadas em recurso especial ante o óbice fundado nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)

Ademais, alterar a conclusão do aresto recorrido no que atine à ocorrência de preclusão e violação à coisa julgada demandaria o necessário reexame fático-probatório dos elementos constantes dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. COISA JULGADA MATERIAL. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. É assente nesta Corte Superior que "conquanto seja de sabença que o que faz coisa julgada material é o dispositivo da sentença, faz-se mister ressaltar que o pedido e a causa de pedir, tal qual expressos na petição inicial e adotados na fundamentação do decisum, integram a res judicata, uma vez

Superior Tribunal de Justiça

que atuam como delimitadores do conteúdo e da extensão da parte dispositiva da sentença" (REsp 795.724/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/3/2007, DJ 15/03/2007).

2. É também em razão desse prisma que se firmou o entendimento de que em "havendo dúvidas na interpretação do dispositivo da sentença, deve-se preferir a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, em conformidade com o pedido formulado no processo" (REsp 818.614/MA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/10/2006, DJ 20/11/2006).

3. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a alteração das conclusões do Tribunal a quo no tocante à existência ou não de coisa julgada, por não haver nas demandas identidade de parte, causa de pedir e pedido, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.

4. Consigna-se, também nesse ponto, que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1267129/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 15/05/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DA COISA JULGADA. SÚMULA Nº 7 DO STJ.

1. Observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

2. O acórdão ostenta fundamentação robusta, explicitando as premissas fáticas adotadas pelos julgadores e as consequências jurídicas daí extraídas. O seu teor resulta de exercício lógico, restando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão, não se havendo falar, portanto, em ausência de fundamentação, razão pela qual se afasta também a alegada ofensa ao art. 458 do CPC. 3. O Tribunal a quo bem

Superior Tribunal de Justiça

deslindou a controvérsia ora submetida à apreciação, não sendo, portanto, passível de reforma o acórdão vergastado, máxime porque não ocorreu ofensa aos limites objetivos da coisa julgada. Ademais, o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 778.197/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 03/05/2017)

Assim, não procedem as alegações recursais.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator